

Anais do Seminário Internacional
América Latina
Política e conflitos contemporâneos

SIALAT 2015

09 a 11 de novembro de 2015
Local: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Belém – Pará – Brasil

Edna Maria Ramos de Castro
Suely Rodrigues Alves
Simy de Almeida Correa
Eunapio Dutra do Carmo
(Organizadores)

Realização GETTAM

Grupo de Pesquisa Estado, Trabalho, Território e Globalização na Amazônia

Copyright dos autores

Diagramação: Suely Rodrigues Alves, Simy Corrêa e Ione Sena

Coordenação jornalística do Sialat 2015: Ana Lucia Prado

Revisão: a cargo dos autores dos artigos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Seminário Internacional América Latina: políticas e conflitos contemporâneos - SIALAT/2015

Anais do Seminário Internacional América Latina / Organização de Edna Maria Ramos de Castro, Suely Rodrigues Alves, Simy de Almeida Correa, Carmo, Eunápio Dutra do Carmo – Belém: GETTAM - NAEA - UFPA, 2015.

1688 p. p.: il.; 23 cm

Inclui referências bibliográficas

978-85-7143-144-7:

1. América Latina. 2. Políticas. 3. Conflitos. 4. Lutas sociais. 5. Desenvolvimento I. Castro, Edna Maria Ramos de. II. Alves, Suely Rodrigues. III. Correa, Simy de Almeida. IV. Carmo, Eunápio do. V. Título.

CDD 22. ed. 363.7



PRODUÇÃO DE CULTURAS ALIMENTARES E DENDÊ NOS ESTABELECIMENTOS FAMILIARES NO NORDESTE PARAENSE

Dalva Maria da Mota¹

Edfranklin Moreira da Silva²

Heribert Schmitz³

Lívia Navegantes Alves⁴

Maria do Socorro Gonçalves Ferreira⁵

RESUMO

O nosso objetivo neste ensaio é analisar a relação entre produção de culturas alimentares e *commodities* nos estabelecimentos cujos agricultores familiares têm contrato de integração com as agroindústrias do dendê no Nordeste paraense. O contexto de análise caracteriza-se por uma forte intervenção do Estado para a produção e o processamento do dendê para biodiesel no âmbito da política nacional de geração de energia, com a possibilidade de participação de famílias agricultoras por meio de contratos. Partimos da compreensão de que a iniciativa repercute na organização interna dos estabelecimentos agrícolas compondo um quadro, no qual a especialização influencia na maior ou menor importância dos cultivos alimentares tradicionais. A metodologia de pesquisa constou de métodos quantitativos e qualitativos. Foram visitados 162 estabelecimentos e entrevistados os autodesignados chefes de família por meio de um roteiro semi-estruturado. Em 10 estabelecimentos foram realizadas entrevistas não diretivas e observações mais duradouras dos seus sistemas de produção e da vida social local. Além disso, houve a participação dos autores em eventos relativos à integração de agricultores familiares na produção de dendê. As principais conclusões mostram que a relação entre o cultivo de dendê e de alimentos nos estabelecimentos de agricultores familiares que têm contrato de integração depende da disponibilidade de terra no estabelecimento ou nos seus arredores; da permissão ou interdição do consorciamento pela empresa contratante, dos incentivos públicos e privados ao cultivo do dendê e as demais culturas; da disponibilidade da força de trabalho do grupo doméstico para trabalhar no estabelecimento.

Palavras-chave: agricultura familiar, dendeicultura, agricultura integrada, reprodução social.

INTRODUÇÃO

Neste ensaio tratamos da produção de culturas alimentares e *commodities* nos estabelecimentos cujos agricultores familiares têm contrato de integração com as agroindústrias do dendê no Nordeste paraense. A pesquisa foi realizada como parte das ações do Projeto AFInS – Agricultura Familiar e Inclusão Social⁶.

¹ Doutora em Sociologia, pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental, Belém (PA), bolsista de produtividade do CNPq. E-mail: dalva.mota@embrapa.br

² Mestrando em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável na Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém (PA). E-mail: edfranklin@agronomo.eng.br

³ Doutor em Sociologia Rural, professor de Sociologia da UFPA, Belém (PA), bolsista de produtividade do CNPq. E-mail: heri@zedat.fu-berlin.de

⁴ Doutora em Sistemas Integrados em Biologia, Agronomia e Meio Ambiente, professora do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Belém (PA). E-mail: lnavegantes@ufpa.br

⁵ Doutora em Desenvolvimento Sustentável, pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental, Belém (PA). E-mail: socorro.ferreira@embrapa.br

⁶ Projeto AFInS – Agricultura Familiar e Inclusão Social é o nome do Projeto financiado pela Embrapa sob o título "Integração da Agricultura Familiar na Produção do Dendê no Pará: Possibilidade de Inclusão Social?" A execução do

O contexto de análise caracteriza-se por uma forte intervenção do Estado para a produção e o processamento do dendê para biodiesel no Estado do Pará no escopo do Programa Nacional de Produção de Biodiesel (PNPB).

Segundo documentos oficiais, o PNPB foi criado pelo governo federal em 2004 e prevê a produção de oleaginosas com a possibilidade de aliar o desenvolvimento da agricultura familiar e a conservação da floresta. Ao mesmo tempo, foi criado o Selo Combustível Social que oferece vantagens financeiras e operacionais às empresas certificadas desde que atendam aos critérios legais concernentes, dentre os quais a aquisição de pelo menos 15% da produção proveniente da agricultura familiar. “O Selo confere ao seu possuidor o caráter de promotor de inclusão social dos agricultores familiares enquadrados no Pronaf” (BRASIL, 2006).

Dentre os critérios para a obtenção do Selo Combustível Social pelas empresas produtoras de agrocombustíveis, há um que especifica que a capacitação dos agricultores familiares para a produção de oleaginosas deverá ser compatível com a segurança alimentar e geração de renda (BRASIL, 2012). Considerando que a segurança⁷ alimentar guarda relação com a cultura local, nos interessa analisar se (e em caso afirmativo, como) os agricultores articulam a produção tradicional de alimentos com o dendê, novo cultivo nos seus sistemas de produção.

Estudos apontam que a integração tende a provocar a especialização da produção familiar com a secundarização dos cultivos tradicionais e a diminuição das atividades na esfera doméstica (NEVES, 1981, p. 20). Mais recentemente, nos estudos específicos sobre a produção de dendê, Homma e Vieira (2012), Rapiou (2013), Timone-Martinez (2013), Sampaio (2014), Nahum (2014) e Vieira (2015), dentre outros autores, indicam o impacto direto da produção de dendê na produção de alimentos. As explicações dos autores incidem sobre o volume de atividades no cultivo do dendê, a migração dos jovens para o trabalho assalariado, as restrições trabalhistas (que têm dificultado as ajudas mútuas, a contratação informal e o trabalho infantil), a maior compra de alimentos industrializados (em decorrência do aumento de renda com a venda do dendê e a redução da produção para o provisãoamento⁸) e a substituição de áreas de mandioca por dendê, dentre outras interpretações. A mandioca é a cultura emblemática nessas análises, especialmente porque houve um aumento de mais de 100% do preço da farinha (dela derivada) no período 2012/2013 por causa da escassez do produto na região.

Constatamos também que os agricultores e as lideranças temem e interrogam quanto segurança alimentar na região, quer seja pela via do desabastecimento local de produtos fundamentais à dieta dos paraenses (farinha e produtos advindos do extrativismo), quer seja, pelo maior consumo de produtos industrializados.

Tendo em conta os estudos acadêmicos e a preocupação dos sujeitos diretamente envolvidos com a produção de dendê, o nosso objetivo neste ensaio é analisar a relação entre a produção de

projeto inclui parcerias com a UFPA e Sindicatos Rurais do Nordeste paraense no período 2014/2017. A pesquisa privilegia: i) Agricultores e agricultoras familiares que têm contrato de integração à agroindústria de dendê; ii) Jovens que trabalham nos estabelecimentos familiares e como assalariados; e iii) Moradores das vilas situadas no entorno dos monocultivos. Os estabelecimentos (grupos domésticos e sistemas de produção) e as vilas são as principais referências empíricas.

⁷ Segurança Alimentar e Nutricional é a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar (MALUF; MENEZES, [2000?], p. 4)

⁸ Utilizada aqui no sentido de que a produção é organizada principalmente pelas e para as famílias (Sahlins, 1983, p. 119).

culturas alimentares e *commodities* em estabelecimentos cujos agricultores familiares têm contrato de integração com as agroindústrias do dendê no Nordeste paraense.

Esperamos assim, contribuir para a compreensão de processos recentes de reprodução social de agricultores familiares que vivenciam reordenamentos nas suas relações de produção e nos seus modos de vida.

1 METODOLOGIA

A pesquisa ocorreu entre agosto de 2014 e outubro de 2015 tendo sido realizada por pesquisadores da Embrapa Amazônia Oriental e da Universidade Federal do Pará (UFPA), estudantes do Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (MAFDS/UFPA) e colaboradores⁹.

A metodologia de pesquisa constou de métodos quantitativos e qualitativos objetivando levantar números quanto à relação entre as áreas destinadas à produção de culturas alimentares e dendê, assim como, as impressões dos envolvidos sobre o tema. Em 11 municípios¹⁰ foram visitados 162 estabelecimentos agrícolas e entrevistados os autodesignados chefes de família por meio de um roteiro semi-estruturado contendo questões sobre o grupo doméstico¹¹ – aqui entendido como o grupo que partilha o mesmo teto, a mesma panela, o mesmo açaí e a mesma farinha – os estabelecimentos, os sistemas de produção e as atividades desenvolvidas pelos membros da família. Em 10 estabelecimentos foram realizadas entrevistas não diretas (MICHELAT, 1987) com os agricultores e observações mais duradouras dos seus sistemas de produção, das evidências da organização do trabalho e das suas inserções na vida social local.

Além disso, houve a participação dos autores em eventos com envolvimento de agricultores familiares que possuem contratos de integração para a produção de dendê, quais sejam: II Workshop do Programa de Produção de Palma de Óleo no Brasil: Agricultura Familiar e P, D & I (EMBRAPA, 2015) e I Oficina para a Construção Participativa de Indicadores de Inclusão Social. Esta última, promovida em cooperação entre o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de São Domingos do Capim e o AFInS.

Os dados foram sistematizados em planilhas do Excel e analisados por meio de estatísticas descritivas e interpretações segundo os temas centrais da pesquisa.

2 PRODUÇÃO DE CULTURAS ALIMENTARES E DENDÊ

Estimava-se que, em 2014, aproximadamente 1124 estabelecimentos familiares estavam diretamente integrados às agroindústrias para a produção de dendê no Estado do Pará, alcançando uma área total de 30.461ha (ABRAPALMA, 2014).

Os 162 grupos domésticos visitados têm, em média, 5 membros, nem sempre pertencentes ao grupo nuclear. Destes, 35% têm de 3 a 4 membros, 32% têm de 5 a 6 e 14% têm de 7 a 8. Grupos

⁹ Agradecemos a Antônio Wemerson Viana, Laiane Ribeiro, Suellen Suzy de Souza Costa, Jorge Lucas Neves, Lucinaldo Gomes e Ketiane Alves pela participação no levantamento de dados em campo.

¹⁰ Acará, Aurora do Pará, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Ipixuna do Pará, Irituia, São Domingos do Capim, Tailândia, Mãe do Rio, Moju e Tomé-Açu.

¹¹ O grupo doméstico é um "[...] grupo constituído pelas pessoas que vivem, segundo a expressão dos antigos, da mesma panela e do mesmo fogo, do mesmo pão e do mesmo vinho" (MENDRAS, 1978, p.65).

domésticos com um pequeno número de membros (1 e 2) conformam 10% do universo considerado e os com o maior número (de 9 a 15 membros) totalizam 7%.

Os estabelecimentos dos grupos domésticos visitados têm tamanhos variados (35% têm até 25ha, 39% têm de 26 a 50ha, 15% têm de 51 a 75ha, 8% tem de 76 a 100ha e 3% tem de 101 a 185ha). O tamanho médio dos estabelecimentos é 44ha.

Em se tratando das áreas com dendê dos agricultores entrevistados, 23% são menores do que 10ha, 59% estabelecimentos têm 10ha de dendê, 15% de 10 a 20ha e 2% tem 30ha. Nestes mesmos estabelecimentos, a dimensão das áreas ocupadas com culturas anuais (alimentares) é de 0,2 a 1ha para 55% dos entrevistados, 1,1 a 2ha para 25%, 2,1 a 3ha para 15% e de 3,1 a 8ha para 5%. São frequentes as hortas e os pomares com frutíferas. Como descrito, há uma grande variação no tamanho dos estabelecimentos e nas áreas dedicadas a culturas anuais e dendê. A relação entre as duas últimas, implica em diferentes arranjos para a organização do trabalho.

Dentre os entrevistados, em se tratando do trabalho, há uma grande diversidade de ocupações com a predominância da agricultura (87%). Os demais, desenvolvem simultaneamente, a agricultura e outra atividade (professor, motorista, doméstica e mecânico). 64% dos membros dos grupos domésticos trabalham exclusivamente no estabelecimento familiar e apenas 0,6% são assalariados nos monocultivos de dendê. Mesmo assim, o volume de atividades supera a capacidade disponível de trabalho no grupo doméstico sendo frequente a reclamação da falta de mão de obra e de mecanização adequada nos estabelecimentos.

No universo investigado, 24% já não têm culturas anuais nos seus estabelecimentos sob o argumento de que necessitam se dedicar exclusivamente ao dendê, especialmente pela carência de mão de obra e por causa dos compromissos contratuais. O resultado corrobora com o estudo de caso de Sampaio (2014) que indica que 22% dos agricultores por ele entrevistados não cultivam mais culturas alimentares.

Vemos assim que há diminuição da produção de culturas alimentares em detrimento da produção do dendê. Algumas razões contribuem para explicar a evidência, dentre outras.

2.1 Disponibilidade de terra

Constatamos que os estabelecimentos que têm culturas anuais são aqueles que dispõem de áreas em torno de 40 a 50ha e, assim, comportam a maior diversificação com dendê, pimenta do reino, pomares (açai, cacau e cupuaçu) e horta (coentro, cebolinha, jambu, pimentão, tomate, etc.), além de manter a reserva legal. A exigência da manutenção ou recuperação da reserva legal (ZAKIA; PINTO, 2013), uma área com as funções de assegurar o uso econômico sustentável dos recursos naturais do imóvel rural e de promover a conservação da biodiversidade, limita bastante o cultivo especialmente de culturas anuais com a prática do sistema “corte-queima”. Os estabelecimentos com menores áreas têm mais dificuldade para diversificar, porque boa parte da área está ocupado com dendê e ainda precisam manter a reserva legal.

Uma estratégia utilizada por 4% dos agricultores entrevistados é cultivar culturas alimentares em terras de terceiros no sistema de meia. Mantêm, assim, uma certa autonomia quanto a produzir parte do seu próprio alimento.

Dos 24% dos agricultores que não mais cultivam culturas alimentares, os 80% dos estabelecimentos têm até 25ha.

2.2 Permissão ou interdição ao consorciamento

Nos eventos com agricultores que têm contrato de integração, há uma persistente reivindicação pela prática do consórcio. Entretanto, coexistem diferentes orientações e práticas quanto ao mesmo, tanto por parte das empresas, quanto dos agricultores.

No universo investigado, 70% dos agricultores afirmaram que o consórcio não é permitido pela empresa, sob diferentes argumentos, dentre os quais, a concorrência com o dendê.

Dentre os 30% dos agricultores que praticam o consorciamento com o dendê, existem diferentes arranjos: 34% consorciam o dendê com o gado; 22% dendê com mandioca; 11% com mandioca e milho e 33% com diversas culturas (cacau e pimenta do reino).

2.3 Incentivos públicos e privados ao cultivo do dendê

Dos agricultores entrevistados, 100% recebem assistência técnica por parte das empresas com as quais têm contrato de integração e financiamento (Prorural, PRONAF D e A e PRONAF Eco) para o cultivo do dendê. Em se tratando dos trâmites para o financiamento, alguns agricultores informaram que esteve sob a responsabilidade dos técnicos das empresas e que eles não enfrentaram as dificuldades habituais para os demais cultivos.

Em contraste, apenas 4% conseguiu financiamento para o cultivo de mandioca e os 5% restantes recebeu recursos divididos entre cupuaçu, pimenta, açaí e coco. Para nenhuma dessas culturas, entretanto, existe assistência técnica.

A desproporcionalidade dos incentivos para a produção de dendê e culturas alimentares influencia sobremaneira nas escolhas dos agricultores que, a parte, ainda enfrentam problemas de disseminação da podridão radicular da mandioca que os desestimula a plantá-la. Como afirmou um agricultor de São Domingos do Capim “Da maior parte da mandioca que a gente plantava, a metade morria. Ai ficava na agonia, ai decidi que tinha que parar porque morria...Já que estava com a roça bem diminuída, decidi plantar dendê”.

2.4 Força de trabalho do grupo doméstico

Para fazer frente às necessidades de força de trabalho para a produção do dendê, diferentes arranjos são instituídos e, de modo geral, 6% dos grupos domésticos trocam dias de trabalho com outros grupos, 51% pagam diaristas, 26% realizam empreitas e 4% fazem mutirão¹². Comparando com os arranjos para as culturas anuais (principalmente a mandioca), 2% trocam dias de trabalho, 17% pagam diaristas, 7% empreitam (pago por atividade e não por tempo de trabalho) e 3% fazem mutirão.

As justificativas para o grande volume de trabalho dedicado à cultura do dendê e o menor volume às culturas anuais, são dadas pela desproporcionalidade entre as áreas cultivadas. As consequências mais frequentes são a priorização do dendê, sob supervisão da assistência técnica das empresas com as quais os agricultores têm o contrato de integração, em detrimento do

¹² Abramovay (1981, p. 41) define o mutirão como “uma relação de troca que aparece como relação de ajuda mútua, uma manifestação de solidariedade, de unidade e de comunhão do grupo que repousa sobre a troca simples de trabalho, sobre o princípio da reciprocidade”. Em geral, várias dessas iniciativas de trabalho são praticadas no mesmo grupo doméstico.

aprovisionamento. Estas condições implicam na redefinição da relação entre o que é produzido para o mercado e para o consumo, quer seja pelo compromisso contratual, quer seja pela impossibilidade de alternatividade do dendê que não permite retardar a colheita, nem o armazenamento para aguardar preço.

3 PARA FINALIZAR

Partimos da compreensão de que a iniciativa de especialização na produção de dendê com forte suporte do Estado repercute na organização interna dos estabelecimentos compondo um quadro, no qual a especialização influencia na priorização do dendê e na menor importância dos cultivos alimentares tradicionais.

Concluimos que a relação entre o cultivo de dendê e de alimentos nos estabelecimentos de agricultores familiares com contrato de integração varia segundo a disponibilidade de terra no estabelecimento ou nos seus arredores. Assim, há uma relação direta entre quem tem uma área maior disponível e a persistência do cultivo de culturas anuais, especialmente a mandioca.

A curto prazo, o uso das entrelinhas dos cultivos do dendê para consorciamento com culturas alimentares depende da autorização da empresa contratante, o que significa uma ruptura com o exercício da autonomia quanto às decisões no estabelecimento vivenciada após a especialização.

Os estímulos públicos e privados ao cultivo do dendê representam um incentivo à adesão dos agricultores familiares à integração. Diferentemente, poucos incentivos são acessíveis para o incremento das culturas alimentares, especialmente da mandioca que enfrenta graves problemas fitossanitários.

A disponibilidade de força de trabalho do grupo doméstico no estabelecimento é uma questão problemática mediante o volume de trabalho para aliar as tarefas na produção de dendê e de culturas alimentares. Mesmo que tenhamos constatado a dedicação dos membros do grupo doméstico ao trabalho no estabelecimento, arranjos de reciprocidade são postos em prática sustentados em relações de parentesco e amizade.

Contrastando as formas de trabalho postas em prática no cultivo do dendê e nas culturas alimentares concluimos que são as mesmas, variando apenas em intensidade. Há predominância do pagamento de diaristas e maior concentração da força de trabalho do grupo doméstico para o dendê em decorrência da preocupação com o atendimento do contrato e pagar os custos de produção no tempo previsto. Ademais, o dendê não possibilita a condição de alternatividade que a mandioca permite ao ser colhida em tempo mais flexível e, após transformada em farinha, puder ser armazenada para esperar um melhor preço para ser vendida.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o Sudoeste paranaense**. 1981. 306 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

ABRAPALMA. **Planilha de mapeamento da palma de óleo no Brasil**. Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma. 2014.

BRASIL. **Lei Nº 11.326 de Julho de 2006**. Agricultura Familiar. Brasília: Presidência da República, 2006.

- BRASIL. **Portaria Nº 60, de 06 de Setembro de 2012**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/portal.mda.gov.br__1.pdf. Acesso em: 01 nov. 2015.
- EMBRAPA. **Relatório II Workshop do Programa de Produção de Palma de Óleo no Brasil: Agricultura Familiar e P, D & I**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2015. 65p.
- HOMMA, A. O. K.; VIEIRA, I. C. G. Colóquio sobre dendezeiro: Prioridades de pesquisas econômicas, sociais e ambientais na Amazônia. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, Belém, v. 8, n. 15, p.79-90. 2012.
- MALUF, R.; MENEZES, F. **Caderno 'Segurança Alimentar'**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, IBASE, [2000?], 52p. Disponível em: http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/Contribuicao_ao_Tema_da_Seguranca_Alimentar_no_Brasil.asil.pdf. Acesso em: 04 nov. 2015.
- MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1978. 265p.
- MICHELAT, G. Sobre a utilização de entrevista não diretiva em sociologia. In: THIOLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5. Ed. São Paulo: Polis, 1987. p. 191-212.
- NAHUM, J. S. (Org.). **Dendeicultura e dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia paraense**. In: Belém: GAPTA/UFPA, 2014. 158 p.
- NEVES, D. P. **Lavradores e Pequenos Produtores de Cana: estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital**. Rio de Janeiro: ZAHAR. 1981. 212 p.
- RAPIAU J. **La culture du palmier à huile, facteur de transformation des systèmes agricoles familiaux en Amazonie orientale**. Mémoire de Fin d'Etude. ISARA-Lyon. 2013. 98p.
- SAMPAIO, I. C. **A agricultura familiar e a agroindústria do dendê em Tomé-Açu (PA): efeitos da agricultura por contrato na produção e no trabalho familiar**. 2014. 203 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.
- SAHLINS, M.D. **Sociedades tribais**. 3ª edição, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores. 1983
- TIMONE-MARTINEZ, E. **La culture du palmier à huile en région amazonienne : entre acceptation, résignation et résistance. Analyses des dynamiques et conflits dans la microrégion de Tomé-Açu, Pará, Brésil** . AgroParisTech: INRA UMR SAD. 2013. 143p.
- VIEIRA, A. C. **A “integração” camponesa ao monocultivo de dendê: subordinação e transformação do campesinato amazônico**. 2015. 139 f. Dissertação. (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015. 139 p.
- ZAKIA, M. J.; PINTO, L. F. G. **Guia para a aplicação da Nova Lei Florestal em propriedades rurais**. Piracicaba: IMAFLORA, 2013. 32p.